

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezesseis, às dez horas e cinquenta e oito minutos, na sala de reuniões da Reitoria do Instituto Federal do Rio de Janeiro, teve início a primeira reunião extraordinária do Conselho Superior do IFRJ, no ano de 2016,

5 sob a Presidência do Magnífico Reitor, Paulo Roberto de Assis Passos. O presidente contou com a presença dos (as) senhores (as) Conselheiros (as): Marilda Pimenta Melo (Representante Titular FIRJAN), Cristiane Henriques de Oliveira (Representante Titular Diretores-Gerais), Wallace Vallory Nunes (Representante Titular Diretores-Gerais), Florinda do Nascimento Cersósimo (Representante Suplente Diretores-Gerais), João

10 Gilberto da Silva Carvalho (Representante Suplente Diretores-Gerais), Marcus Vinícius da Silva Pereira (Representante Titular Docente), Marco Aurélio Passos Louzada (Representante Titular Docente), Marco Aurélio do Espírito Santo (Representante Titular Docente), Valter de Souza Félix (Representante Suplente Docente), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Titular Técnico-administrativo), Joana Darc Machado

15 Pereira (Representante Titular Técnico-administrativo), Otávio Pereira Carneiro (Representante Titular Técnico-administrativo), Jane Francisco da Silva Valpassos (Representante Titular Técnico-administrativo), Johnes Hebert Victal Evangelista (Representante Titular Discente), e Marcius Henrique da Silva Borges (Representante Suplente Discente). Estiveram ausentes os conselheiros Paulo Roberto Wollinger

20 (Representante Titular MEC – sem justificativa), André Luiz Santos (Representante Titular FECOMERCIO – sem justificativa), Luiz Henrique Silva (Representante Suplente FECOMERCIO – sem justificativa), José Firmino Nogueira Neto (Representante Titular FAPERJ- sem justificativa), Egberto Gaspar de Moura (Representante Suplente FAPERJ – sem justificativa), Sérgio José Teixeira (Representante Titular SEDEIS – sem

25 justificativa), Helio de Oliveira Maia (Representante Titular CUT – sem justificativa), João Jorge de Araújo (Representante Titular CTB – sem justificativa), Ana Cláudia da Silva Rodrigues (Representante Egressos – sem justificativa), Glaucia Santos da Silva (representante Egressos – sem justificativa), Rodney Cezar de Albuquerque (Representante Titular Diretores-Gerais – com justificativa), Douglas de Souza Liborio

30 (Representante Titular Discente – sem justificativa), Alex de Oliveira Gomes (Representante Titular Discente – sem justificativa) e Madonna Suelen Melo Eiko (Representante Titular Discente – com justificativa). Como convidados, estiveram presentes o Pró-Reitor de Administração, Miguel Muniz Terra, a Pró-Reitora de Ensino de Graduação, Elizabeth Augustinho, e a Professora do *campus* Nilópolis, Albertina Silva. O presidente procedeu

35 à reunião agradecendo a presença dos conselheiros e lamentando que a reunião teria um horário limite para ser finalizada, que seria às 13 horas, devido a um compromisso do professor João Gilberto, já informado anteriormente por e-mail, e, com a ausência de um conselheiro, não seria possível prosseguir com a reunião por insuficiência de quórum. Após isso, o presidente passou a palavra para o secretário do Conselho Superior, o

40 servidor Felipe Tavares, para que ele pudesse explicar o motivo de seu pedido de dispensa da função de secretário do Conselho, e apresentou a servidora Mônica Castro como a nova secretária do Conselho Superior. O servidor Felipe Tavares cumprimentou a todos e agradeceu pelo período em que esteve à frente da secretaria do Conselho, e informou que solicitou a dispensa dessa função devido a um problema de saúde. A conselheira Jane

45 Valpassos agradeceu ao Felipe pelo trabalho desempenhado perante o Conselho. O presidente lembrou a todos que a ata referente à reunião ocorrida no dia 27/01/2016 seria enviada pelo Felipe, e ratificou que a designação da servidora Mônica para a função de secretária do Conselho Superior se deu em decorrência da saída, a pedido, do servidor Felipe Tavares. Então, o presidente deu boas-vindas à servidora Mônica, e agradeceu ao

50 servidor Felipe pelo trabalho desempenhado. Em seguida, o presidente iniciou a reunião

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

mencionando os informes que ainda estavam pendentes de avaliação ou aprovação. Seriam eles: as resoluções nº 09 e 10 de 2015, que versam respectivamente sobre o PDI e o PPI, e também as resoluções de nº 01 a 09, publicadas em 2016. O presidente explicou que as resoluções sobre o PDI e o PPI foram feitas *ad referendum*, tendo em vista a

55 urgência necessária na época da elaboração desses documentos, que estavam vencidos, devido à proximidade do período de credenciamento da instituição junto ao MEC e, por isso, seria necessário submetê-los ao referendo do ConSup naquela reunião. Então, o

60 conselheiro Jefferson Amorim perguntou se a aprovação seria feita através de votação e o presidente confirmou que poderia ser consenso ou poderia proceder à votação. O conselheiro Jefferson disse acreditar que não havia tempo hábil para a discussão do PDI e do PPI, uma vez que são documentos extensos. Jefferson afirmou que discordava de vários pontos do PDI. O presidente afirmou que era necessário referendar a aprovação *ad*

65 *referendum* e que o PDI seria revisado posteriormente. Então, o conselheiro Jefferson Amorim disse que o PDI tem falhas graves, e mesmo assim foi encaminhado ao MEC. O presidente ressaltou que o documento é apenas uma atualização do PDI anterior, que estava com o prazo vencido, e não um novo PDI. Em seguida, o conselheiro Wallace Nunes questionou se o PDI atual estava vigente e o presidente confirmou que estava vigente até 2018, mas que deveria ser realizada uma revisão anualmente. Disse ainda que a comissão que seria instituída iria revisar o PDI vigente quanto a procedimentos,

70 metodologias, entre outros aspectos. O conselheiro Jefferson Amorim solicitou que constasse na ata seu voto contrário quanto à aprovação dos documentos PDI e PPI. Em seguida, a conselheira Jane Valpassos perguntou ao presidente qual seria o prazo para a comissão concluir a revisão do PDI. O presidente respondeu que o prazo ainda seria fixado, pois a comissão ainda não tinha sido instituída. Em seguida, o presidente disse que iria apresentar as Resoluções nº 01 a 09 de 2016, já publicadas e enviadas aos conselheiros. Foi apresentada a Resolução nº 01, de 04/01/2016, que versa sobre a comissão de certificação de proficiência de conclusão do Ensino Médio via ENEM. A aprovação foi unânime, sem nenhuma observação. Então, a conselheira Cristiane

75 Henriques disse desconhecer a necessidade de referendar a aprovação *ad referendum* dessas resoluções e disse não ter tido tempo suficiente para analisá-las. O presidente agradeceu a contribuição da conselheira e disse que era de praxe o referendo da aprovação *ad referendum* das resoluções. A conselheira questionou então o motivo das resoluções não estarem na “Ordem do Dia” da pauta de convocação para a reunião, e o presidente justificou afirmando que, ao incluí-las nos “Informes”, seria dada a prioridade necessária

80 a essas aprovações. Disse também que são realizadas poucas reuniões do Conselho Superior, fato que o obriga a aprovar algumas resoluções *ad referendum*. Ele lembrou ainda que estava pendente a aprovação de atas antigas de reuniões ocorridas em 2015. O presidente lembrou que em reunião passada foi sugerido pelos conselheiros que as atas não fossem avaliadas naquela reunião do Conselho, o que acarretou a acumulação dessas aprovações. Ele disse também que pediu permissão aos conselheiros para assinar as resoluções alusivas às deliberações ocorridas nas reuniões anteriores, cujas atas não haviam sido aprovadas. Em seguida, o conselheiro Marco Espírito Santo disse à conselheira Cristiane Henriques que caberia a ela votar contrariamente ao referendo das aprovações *ad referendum*. O presidente disse que determinadas resoluções não precisavam passar pelo colegiado, mas que o fazia como forma de dar satisfação aos conselheiros. O presidente disse que se houvesse alguma necessidade de esclarecimento, poderia ser feita na próxima reunião, e que, se os conselheiros julgassem ser procedente incluir as resoluções na “Ordem do Dia”, que isso poderia ser feito sem maiores problemas. Após isso, o presidente passou então para a aprovação das resoluções nº 02 e

95 03, ambas de 25/02/2016, sobre o RAINT 2015 (Relatório de Auditoria Interna) e PAINT

100

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

2016 (Plano de Auditoria Interna), respectivamente. O conselheiro Jefferson Amorim lembrou que o RAINT e o PAINT deveriam ser apenas apreciados pelo Conselho, e não aprovados; e solicitou que esses documentos passassem a ser enviados com maior antecedência para que os conselheiros pudessem analisá-los. O presidente disse que iria

105 fazer essa solicitação à AUDIN e deu sequência à apresentação das outras resoluções. Verificou-se então que as demais resoluções não necessitavam de referendo da aprovação *ad referendum* dos conselheiros, e seriam apenas apresentadas na reunião. A Resolução nº04, versa sobre a aprovação dos cursos técnicos de Segurança do Trabalho e Guia de

110 Turismo no *campus* Resende, que já tinham sido apresentados ao Conselho Superior na reunião de 04/11/2015. A Resolução nº 05 aprova a alteração do regulamento do estágio curricular. A Resolução nº 06 altera parcialmente a Resolução nº 42, de 15/12/2010, sobre a oferta da disciplina “Língua Espanhola I” aos alunos. A Resolução nº 07 aprova a alteração do Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* – Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação (LACE). As Resoluções nº 08 e 09

115 aprovam a revisão da matriz do Curso Técnico em Segurança do Trabalho concomitante/subsequente dos *campi* São Gonçalo e Duque de Caxias, respectivamente. O presidente destacou que nos casos de revisão de matriz curricular de cursos, e não criação dessas matrizes, era desnecessária a aprovação do Conselho, como é o caso das Resoluções nº 08 e 09. Cabe ressaltar que as resoluções nº 04 a 09 também são datadas

120 de 25/02/2016. Após a apresentação das resoluções, o conselheiro Jefferson Amorim abordou novamente o assunto do PAINT e solicitou que o documento fosse apresentado aos conselheiros pela chefe de Auditoria Interna. O presidente concordou e disse que a servidora responsável poderia ser convocada para uma próxima reunião, a fim de apresentar o Plano de Auditoria Interna de 2016. Em seguida, o presidente retomou a

125 “Ordem do Dia” e disse que a pauta era extensa e provavelmente não haveria tempo suficiente para cumprir todos os pontos. Segundo o presidente, os principais temas que deveriam ser discutidos eram: a nota emitida pelo CONIF acerca da preservação do Estado Democrático de Direito, os Orçamentos 2015 e 2016 e também a aprovação das atas anteriores; e que, em sequência, seria apresentado o novo regulamento de monitoria

130 pela professora Albertina Silva. O conselheiro Jefferson solicitou que fosse discutido também o regulamento das Bibliotecas. O presidente disse que não havia avisado à servidora Cristiane Teixeira, coordenadora Geral de Bibliotecas, sobre a sua possível participação na reunião. Os conselheiros concordaram com a ordem de discussão dos temas da pauta sugerida pelo presidente. Ele então iniciou pela apresentação das atas

135 anteriores, lembrando que já haviam sido submetidas aos conselheiros. O presidente ressaltou que somente o conselheiro Marco Aurélio Louzada apresentou correções às atas, mas que tais correções não eram sobre o conteúdo das atas, o que permitiria a pronta aprovação. O conselheiro Jefferson Amorim disse que as atas enviadas têm sido muito resumidas, suprimindo alguns pontos importantes. O presidente disse que a secretária anterior era mais sucinta, mas que a última ata já fora mais detalhada. A conselheira Jane Valpassos endossou o pedido de que as atas passem a ser mais detalhadas. O presidente perguntou se poderia, então, serem aprovadas as 3 atas (20 de maio, 03 de junho e 17 de junho, todas de 2015), e todos concordaram. O conselheiro Jefferson disse que ele foi um

140 dos que pediu para postergar as aprovações anteriormente. O presidente retomou às atas que ainda necessitavam ser aprovadas (03 de setembro e 04 de novembro de 2015) e lembrou das correções que foram solicitadas, que também não são de conteúdo material, como na ata de setembro, em que a ortografia do sobrenome do servidor Fernando Bezerra, fora escrito com “S” ao invés de “Z”. O presidente afirmou que o documento seria corrigido e perguntou se poderia então aprová-lo, e todos concordaram. Quanto à

145

150 ata da reunião de novembro de 2015, o conselheiro Marco Aurélio Louzada lembrou das

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

correções que sugeriu, uma delas quanto à menção aos conselheiros suplentes ausentes, que é desnecessária. O presidente confirmou que seria suprimida essa parte. O conselheiro lembrou também de alguns destaques, que também não são de conteúdo material, como o nome da Diretoria de Concursos e o nome da Fundação BioRio, que estavam incorretos.

155 Todos concordaram com a aprovação da ata de novembro. O presidente então, seguindo a “Ordem do Dia”, abordou a nota emitida pelo CONIF sobre o Estado Democrático de Direito. Ele esclareceu que o CONIF se posicionou contrário ao ataque à manutenção do Estado Democrático de Direito que poderia se instalar no cenário político nacional. O presidente informou que o Colégio de Dirigentes referendou a nota emitida pelo CONIF,

160 publicando a notícia no site do IFRJ, antes da votação do processo de impeachment na Câmara de Deputados, e questionou se os conselheiros consideravam pertinente o ConSup ratificar essa notícia, perante o atual cenário político nacional. Todos consideraram inadequado ratificar a notícia, considerando a atual situação política do país. O presidente então fez uma nova observação sobre outra notícia, em que o Ministério Público de Goiás fez uma solicitação de que não se realizassem debates no âmbito das instituições públicas, de cunho político-partidário, referentes ao tema de impedimento da Presidente da República. Segundo a notícia, o CONIF emitiu uma nota de repúdio ao posicionamento do Ministério Público de Goiás, que tentou inibir os debates, ferindo a autonomia das autarquias. Após isso, o presidente passou a palavra ao Pró-Reitor de

170 Administração, Miguel Roberto Muniz Terra, para que ele fizesse a apresentação dos Orçamentos 2015 e 2016. O Pró-Reitor de Administração confirmou que as planilhas com as informações dos orçamentos seriam enviadas aos conselheiros posteriormente, e o presidente informou que o tema poderia ser novamente discutido na próxima reunião, após a análise das planilhas pelos conselheiros. Miguel então procedeu à apresentação pelo resumo do Orçamento de 2015, mostrando o valor executado pelo Instituto como um todo, e não por *campus*, pois a verba recebida do governo federal é de âmbito institucional. O conselheiro Jefferson Amorim disse que discordava do orçamento apresentado pelo Pró-Reitor de Administração, uma vez que ainda havia despesas de exercícios anteriores inscritas em restos a pagar, o que poderia alterar o orçamento executado apresentado. O presidente esclareceu que os dados trazidos pelo Pró-Reitor eram referentes aos valores empenhados no ano de 2015. O conselheiro Jefferson pediu que Miguel explicasse aos conselheiros quais são as três formas de empenho existentes. O Pró-Reitor esclareceu que em relação ao orçamento de 2015, nada mais poderia ser realizado, mesmo que alguma empresa contratada abandonasse a obra, usando como

185 exemplo a construção do *campus* Niterói, pois no caso de rescisão do contrato, o valor empenhado não voltaria para a instituição. Ressaltou ainda que em contratações de obras, o pagamento é efetuado por etapas, conforme a obra é executada. O presidente solicitou ao conselheiro que as suas dúvidas fossem abordadas posteriormente, pois o tempo para a finalização daquela reunião era exíguo, em virtude do compromisso do professor João Gilberto, e pediu que o conselheiro permitisse a conclusão da apresentação pelo Pró-Reitor de Administração. Miguel ratificou que todo o valor recebido em 2015 foi empenhado, e que o montante inscrito em restos a pagar foi pequeno, com exceção das obras que são pagas de forma parcelada. O conselheiro Jefferson solicitou ao presidente que pudesse se ausentar da sala por alguns minutos e se retirou. O Pró-Reitor de

195 Administração deu sequência à apresentação do orçamento, exibindo a execução por *campus* e dividido em despesas de custeio e de capital. O conselheiro Wallace Nunes questionou sobre o limite de despesas de capital do *campus* Nilópolis, afirmando que o valor apresentado estava divergente do valor que fora informado a ele. O presidente pediu que o conselheiro mostrasse então em qual documento consta essa informação diferente.

200 O conselheiro disse que iria apresentar o documento posteriormente. O presidente

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

ressaltou que todos sabiam sobre o corte orçamentário realizado pelo governo federal, e que essa informação também constava no Portal da Transparência. O Pró-Reitor de Administração continuou a apresentação ressaltando que alguns *campi* executaram mais do que o planejado, como é o caso do *campus* Pinheiral. Então, o professor João Gilberto fez uma observação acerca da execução orçamentária. Segundo o professor, alguns *campi* são dependentes da Reitoria, uma vez que não têm autonomia financeira e pessoal qualificado para administrar a sua execução do orçamento, e a pesquisa quantitativa poderia estar mascarando alguns dados importantes sobre a execução orçamentária desses *campi*. Ele enfatizou que, por serem dependentes da reitoria, as informações sobre a execução orçamentária desses *campi* poderiam estar incorretas, pois como a Reitoria recebe altas demandas de processos, algumas vezes as solicitações dos *campi* não são atendidas. O presidente agradeceu a contribuição do professor João Gilberto e esclareceu que a Reitoria é executora da demanda vinda dos *campi* através dos processos recebidos, e garantiu que os processos estavam sendo executados, utilizando como exemplo o *campus* avançado de Mesquita, que é totalmente dependente da Reitoria e executou mais de 100% do orçamento planejado para o ano de 2015. O professor João Gilberto respondeu então que o reitor do Instituto muitas vezes não tem conhecimento das minúcias que ocorrem dentro da instituição, devido a sua quantidade de atribuições, mas que muitos processos voltaram para o *campus* Arraial do Cabo sem o devido andamento pela Reitoria, e disse ter uma relação dos processos que retornaram ao *campus*. O professor ressaltou também que os processos oriundos de determinados *campi* tinham prioridade para serem executados. O presidente esclareceu que nenhum *campus* tinha prioridade frente a outros dentro da instituição, e o que os critérios de prioridade eram os mesmos para todos os *campi*, indistintamente, como ordem cronológica, urgência e criticidade. O presidente disse que era necessário entender o motivo por que cada processo retornou ao *campus* sem o devido atendimento e solicitou que o professor lhe enviasse essa relação. A conselheira Jane Valpassos acrescentou que é entendimento de todos que exista uma ordem cronológica para atendimento das demandas, mas que durante o ano de 2015 os servidores da Reitoria estavam com muitas atribuições, o que prejudicou a celeridade no trâmite dos processos. O presidente concordou com a conselheira e afirmou que a eliminação dessa demora seria um dos objetivos dos servidores da Reitoria. O Pró-Reitor de Administração complementou informando que as criticidades de cada processo são devidamente analisadas na Pró-Reitoria de Administração. O professor João Gilberto respondeu que tinha conhecimento desse critério, usando como exemplo as reformas da parte elétrica dos *campi* São Gonçalo e Duque de Caxias, que eram críticas e foram atendidas quando os *campi* solicitaram tais serviços à Reitoria. Em seguida, o Pró-Reitor de Administração apresentou a matriz CONIF de orçamento, e explicou que essa matriz não possuía a divisão entre despesas de custeio e despesas de capital. Então, a conselheira Florinda Cersósimo afirmou que o orçamento do *campus* Maracanã sofreu um grande contingenciamento no limite de despesas de capital. O presidente propôs que fosse emitida uma nota de esclarecimento à comunidade sobre o contingenciamento de verbas aplicado aos Institutos pelo governo federal. Após isso, o conselheiro Marco Aurélio Louzada questionou sobre os orçamentos dos *campi* Curicica e Complexo do Alemão. Miguel esclareceu que o repasse do governo federal só é realizado para os *campi* que estejam em efetivo funcionamento, com alunos matriculados e aulas regulares, o que ainda não é o caso desses *campi*. O conselheiro Jefferson Amorim perguntou ao Pró-Reitor se as obras dos banheiros do *campus* Volta Redonda haviam sido concluídas. Miguel respondeu que essa obra seria executada diretamente pelo *campus*. O conselheiro discente Johnes Hebert confirmou que as referidas obras foram realizadas e concluídas. Então, o Pró-Reitor deu continuidade à

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

apresentação do Orçamento, mostrando o planejamento para 2016, informando que a dotação orçamentária para o ano corrente é menor que a do ano de 2015. O conselheiro Jefferson Amorim perguntou qual era a verba disponível para capacitação de servidores em 2016. O Pró-Reitor de Administração apresentou o valor e informou que o valor
255 recebido era menor do que em 2015. O conselheiro Jefferson Amorim questionou sobre a possibilidade de alteração da verba disponível de despesas de capital para despesas de custeio. Miguel respondeu que o pedido de alteração deveria ser feito ao MEC e que existia uma data específica para essa alteração, e que esse ano seria no mês de agosto. O conselheiro perguntou também quanto à rubrica de alimentação de alunos, e o Pró-Reitor
260 respondeu que essa verba seria destinada somente ao *campus* Pinheiral, por ser o único que possui restaurante, um dos requisitos legais para o repasse desse recurso. Então, o conselheiro fez uma nova pergunta sobre a possibilidade de reajuste no valor das bolsas de monitoria. O Pró-Reitor respondeu que não era certa a existência dessa possibilidade, mas que o que vinha ocorrendo desde 2014 era a diminuição dos recursos destinados à
265 instituição, então um reajuste nesse sentido deveria ser bem analisado, pois poderia reduzir a quantidade de alunos que usufruem desse incentivo. A conselheira Florinda Cersósimo acrescentou que a preocupação do Instituto deveria ser sobre a liquidação das dívidas pendentes de pagamento. Então, o conselheiro Valter Félix ressaltou que houve um corte considerável na rubrica de capacitação de servidores, o que releva a importância dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Qualificação e Capacitação, a fim de se obter economicidade na distribuição dos recursos e instruir os servidores de forma igualitária acerca desse benefício, pois o que é sabido atualmente, no âmbito da CPPD, é que alguns servidores possuem prioridade no usufruto desse recurso, uma vez que o mesmo ainda não está devidamente regulamentado no IFRJ. O presidente concordou com o exposto
275 pelo conselheiro e lembrou que em alguns Institutos existe a regulamentação da carga horária docente, abrangendo também o regulamento de capacitação, e que chegou a apresentar esse formato como proposta. Porém, a discussão sobre a regulamentação da carga horária docente avançou bastante no âmbito do Instituto, sem a inclusão dos critérios de capacitação, acarretando a necessidade de criação do Grupo de Trabalho de Regulamento de Qualificação e Capacitação dos servidores, a ser instituído conforme deliberações ocorridas na última reunião de 27/01/2016. Em seguida, a conselheira Florinda Cersósimo questionou quanto aos contratos realizados de forma centralizada pela Reitoria. Miguel respondeu que na maioria desses contratos as notas fiscais eram encaminhadas para os *campi* efetuarem os pagamentos, e que, para os casos em que isso não ocorria, estava havendo um controle preciso de forma a não aparentar que o *campus*
285 executou menos do que o planejado, como ocorre com o contrato de telefonia, por exemplo. A conselheira Florinda Cersósimo disse que seria necessária uma mudança no sentido de se fazer uma licitação única, visando à economicidade, e depois ser realizado um contrato com cada *campus*. O Pró-Reitor de Administração encerrou a sua apresentação agradecendo a atenção de todos e disse que iria enviar as planilhas para a secretaria do Conselho Superior para que fossem distribuídas aos conselheiros. O presidente ratificou que o tempo era limitado e mencionou sobre as verbas emergenciais para pagamento dos terceirizados, afirmando que participou de duas reuniões com o governo federal, e o Pró-Reitor participou de outra reunião, mas que o posicionamento
290 do governo era de enviar cerca de 25% a 30% do valor liquidado desses contratos. Disse também que a Reitoria vinha se reunindo com as empresas terceirizadas. Afirmou que a empresa de motoristas pediu dispensa do contrato por não suportar os atrasos de pagamento, e que fez reuniões com a empresa de vigilância, PROL, na tentativa de restabelecer o pagamento de salários e benefícios aos funcionários. O presidente informou
295 ainda que estava sendo feita uma licitação extraordinária para prestação de serviços de

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

vigilância, e que as sanções cabíveis à empresa PROL seriam devidamente aplicadas. O conselheiro Jefferson Amorim questionou se o Instituto estava preparado para os processos que poderiam ocorrer. O Pró-Reitor Miguel Terra disse que o judiciário não permite que o pagamento seja feito diretamente ao funcionário, e que era necessário que

305 o funcionário acionasse a justiça, pois se a instituição pagasse o terceirizado diretamente, o IFRJ iria configurar como empregador direto dos vigilantes. Em seguida, o presidente lembrou que em 2 meses seria aberta a comissão para a eleição geral do Conselho Superior. O conselheiro Jefferson Amorim enfatizou que em relação aos Grupos de Trabalho formados, somente o “GT 30 horas” possuía presidente, enquanto os “GT

310 Qualificação e Capacitação” e o “GT Comissão Eleitoral para cargos vagos no ConSup” estavam sem presidentes designados. O presidente afirmou que isso seria corrigido. Após isso, a conselheira Jane Valpassos fez uma observação em relação à portaria para RSC, em que é usada a sigla TAE, o que poderia gerar dúvidas, uma vez que alguns servidores não são técnicos-administrativos educacionais. O presidente afirmou que essa é uma

315 denominação genérica atribuída pelo MEC aos servidores técnicos-administrativos de instituições de ensino. O conselheiro Jefferson Amorim afirmou que a própria lei menciona a sigla TAE. O presidente solicitou a correção mesmo assim, para não gerar mais dúvidas. Em seguida, a professora Albertina Silva procedeu à apresentação do Regulamento do Programa de Monitoria Acadêmica do Ensino de Graduação. O

320 conselheiro Jefferson Amorim questionou quanto ao inciso III do art. 3º do Regulamento apresentado, que menciona que o aluno deve “estar cursando a disciplina”, e se era necessário ele estar efetivamente frequentando as aulas da disciplina em que busca a monitoria. A conselheira Florinda Cersósimo esclareceu que seria possível que o aluno atendesse aos incisos I e II, mas não ao inciso III, e que existiam alguns alunos que

325 matriculavam-se no período somente para prestar monitoria. A professora Albertina Silva afirmou que era necessário o aluno ter cursado a disciplina para poder prestar a monitoria. O presidente relatou que é difícil medir a frequência do aluno durante o curso da disciplina, e que seria possível medir a frequência após a finalização das aulas daquela disciplina. A professora Albertina Silva disse que existe hoje um monitoramento da

330 frequência do aluno no *campus* quando este pleiteia prestar a monitoria. O presidente então fez uma proposição: a professora Albertina Silva deveria apresentar todo o conteúdo trazido, pois algumas dúvidas poderiam ser respondidas no decorrer da apresentação. A Pró-Reitora de Ensino de Graduação Elizabeth Augustinho chegou à reunião e confirmou que já existia um regulamento de monitoria anteriormente, mas que

335 não sabia se era de âmbito institucional. O conselheiro Marco Aurélio Louzada confirmou que existia um regulamento anterior, de 2008. Então, a professora Albertina Silva deu continuidade à apresentação. O conselheiro Jefferson Amorim sugeriu que a palavra “poderá” fosse substituída por “deverá” no capítulo “Da seleção e admissão de monitores”. A professora informou que no Capítulo VI o termo “remuneração” seria

340 alterado para “bolsa”. Quanto ao art. 25, a conselheira Florinda Cersósimo questionou se o coordenador do curso não participava da decisão nos casos omissos, uma vez que o regulamento prevê a decisão por parte do Colegiado de Ensino. A professora Albertina Silva esclareceu que esses casos são encaminhados para a Direção-Geral, mas que poderia também encaminhar para a Coordenação do Curso ou para o responsável pelo ambiente.

345 A Pró-Reitora Elizabeth Augustinho esclareceu que em casos omissos, é ouvido o Colegiado de Curso, mas que quem responde pelos casos omissos é sempre a Direção Superior, no caso a Direção Geral do *Campus* e a PROGRAD. O conselheiro Marco Aurélio Louzada constatou que trata-se de um regulamento acadêmico, então, deveria constar a figura do Diretor de Ensino nas atribuições. A conselheira Cristiane Henriques

350 acrescentou que o documento apresentado estava diferente do documento enviado

ATA DA REUNIÃO DE 27/04/2016

anteriormente para apreciação dos conselheiros. O conselheiro Jefferson Amorim solicitou a possibilidade de a administração acrescentar o uso de EPI pelos monitores, como jaleco, óculos e luvas. O presidente afirmou que o tema de regulação de monitorias poderia ser novamente discutido em próxima reunião, e que era necessário finalizar devido ao horário. O presidente então agradeceu a presença e empenho de todos e encerrou a reunião. O conselheiro Jefferson Amorim quis fazer uma consideração sobre o fato de o secretário Felipe Tavares ter pedido afastamento da função de secretário do Conselho Superior por problemas de saúde, e mencionou a possibilidade de o servidor continuar a receber a função gratificada e a servidora Mônica Castro ser sua substituta. O presidente disse ser nula essa possibilidade, uma vez que o servidor Felipe Tavares não estava afastado de suas atribuições regulares na Assessoria de Comunicação por motivos de saúde. O presidente agradeceu a todos e encerrou a reunião às treze horas e quinze minutos, e, nada mais havendo a ser tratado, eu, Mônica Castro, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente ata, que seguirá assinada por mim e pelo presidente.